



SIMULADO SEMESTRAL 2019.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **100** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo **100** questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os alunos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de até 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorrida 1 (uma) hora do início da aplicação da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 29 de novembro 2019, após às 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 01 de dezembro de 2019, às 23:59, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
É necessária a utilização de formulário próprio presente em nossa página para o recebimento do recurso.

BOA PROVA!

Florianópolis, 29 de novembro de 2019.

DIREITO CONSTITUCIONAL**1. Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é CORRETO afirmar:**

- a) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria simples de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- c) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, excluídos os anteriores à Constituição.
- d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de três quintos de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- e) O Presidente da República é considerado legitimado especial para propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévia autorização da autoridade competente.
- c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, entendendo o STF que a lei que regulamentar uma profissão deve ser orientada pelo princípio da menor intervenção estatal.

3. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil ou de empresa brasileira.
- b) A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, além dos casos previstos nesta Constituição.

- c) Brasileiro que adquirir outra nacionalidade sempre perderá a nacionalidade brasileira.
- d) Perderá a nacionalidade brasileira o brasileiro naturalizado que tiver sido condenado em decisão judicial transitada em julgado.
- e) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

4. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos e privados.
- b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- c) No exercício da competência legislativa concorrente a União pode por lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas a esta competência.
- d) No exercício da competência legislativa concorrente inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- e) Com base na previsão expressa do texto constitucional, os municípios não podem legislar sobre competência concorrente.

5. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e das Comissões do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- d) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano das eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- e) A Legislatura é o período que vai de 02 de fevereiro até 17 de julho e de 1º de agosto até 22 de dezembro.

6. São objetivos da República Federativa do Brasil:

- a) A prevalência dos direitos humanos.
- b) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) O princípio da dignidade da pessoa humana.
- d) Promover e garantir a livre iniciativa.
- e) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

7. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
- b) Os Deputados federais e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime contra os direitos humanos.
- d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões e palavras, tanto no exercício da atividade parlamentar quanto em atos da vida privada.
- e) Nos casos de extinção do mandato haverá manifestação do plenário da respectiva casa legislativa, para decidir pela aplicação ou não da penalidade.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sem risco de pena de perda do cargo.
- b) Será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos válidos, não computados os em branco e os nulos.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República vetar propostas de Emenda a Constituição e projetos de lei, total ou parcialmente.
- d) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Congresso Nacional, o Presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- e) No processo de impeachment o juízo de admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade contra o Presidente será feita pelo Senado Federal.

9. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar a indicação de todos os membros do Conselho Nacional de Justiça.

10. Em relação ao poder constituinte, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Cláusulas pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, estando presentes nas limitações formais e circunstanciais e vinculam o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos poderão ser alterados por este poder.
- b) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado criando um rol de matérias que vinculam a edição de leis infraconstitucionais e estabelecem orientações expressas a atuação estatal, somente podendo ser suprimida por meio de emendas constitucionais previstas no texto constitucional.
- c) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado e determinam um rol expresso de assuntos que condicionam a elaboração de emendas a Constituição, criando um núcleo que só pode ser suprimido em situações de urgência ou por ratificação do poder constituinte originário.
- d) As Cláusulas pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, tendo origem na criação do núcleo da Constituição pelo poder constituinte originário, e impedem que o poder derivado venha a retirá-las do texto constitucional, mas admitem emendas que não venham a esvaziar seu conteúdo.
- e) As limitações circunstanciais ao poder constituinte derivado significam que a constituição só poderá ser alterada se cumpridos os procedimentos previstos no texto constitucional e com a ocorrência de motivos que criem fatos capazes de legitimar a atuação do poder constituinte derivado.

DIREITO CIVIL

11. Sobre o regime jurídico da morte presumida previsto no Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, apenas se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- b) A declaração da morte presumida, sem declaração de ausência, somente poderá ser requerida após 180 dias do ocorrido, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.
- c) Pode ser declarada a morte presumida sem decretação de ausência apenas se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- d) Nos casos previstos em lei o juiz pode declarar a morte presumida sem decretação de ausência, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.
- e) Nos casos previstos em lei o juiz pode declarar a morte presumida sem decretação de ausência, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento em até três meses.

12. Sobre o regime da prova no Código Civil, é CORRETO afirmar:

- a) A confissão é irrevogável, mas pode ser declarada nula se decorreu de erro de fato ou de coação.

- b) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
- c) Os traslados e as certidões consideram-se instrumentos particulares, se os originais se houverem produzido em juízo como prova de algum ato.
- d) A prova do instrumento particular não pode suprir-se pelas outras de caráter legal.
- e) A prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito apenas nos casos cujo valor do negócio jurídico não ultrapasse o décuplo do salário mínimo.

13. A respeito das associações, é CORRETO afirmar que:

- a) Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- b) Os associados devem ter iguais direitos, não sendo admitido a instituição no estatuto de categorias com vantagens especiais.
- c) A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- d) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela importará, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro.
- e) Decai em dois anos o direito de anular a constituição da associação, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

14. Acerca da disciplina legal da filiação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em nenhuma hipótese pode-se vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento.
- b) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, ilide a presunção da paternidade.
- c) A ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, apenas se ele morrer menor.
- d) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, em qualquer caso.
- e) O reconhecimento somente pode ser realizado até o falecimento do filho.

15. Sobre o instituto da união estável, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão universal de bens.
- b) As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.
- c) As causas suspensivas impedem a caracterização da união estável.
- d) De acordo com o STJ, não se aplica à união estável o regime de separação obrigatória de bens ainda que um dos companheiros já conte com setenta anos à época da constituição da união.
- e) De acordo com o STJ, não se aplica o regime de separação obrigatória quando houver causa suspensiva na união estável.

16. De acordo com o Código Civil brasileiro, em relação à responsabilidade civil, é CORRETO afirmar que:

- a) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.
- b) O credor não pode, em hipótese alguma, demandar o devedor antes do prazo estipulado no contrato.
- c) O proprietário do imóvel sempre responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido, mesmo se forem lançadas pelo inquilino.
- d) O direito de exigir reparação do dano não transmite-se com a herança.
- e) A pessoa jurídica não pode pleitear indenização por dano moral, devido ao caráter personalíssimo da honra.

17. Assinale a alternativa CORRETA, em relação ao direito das obrigações:

- a) As obrigações de não fazer são aquelas positivas, em que o devedor fica proibido de praticar determinado ato previsto em convenção ou na lei.
- b) Na obrigação de fazer infungível ou personalíssima, o devedor é elemento causal da obrigação, pois não poderá ser substituído.
- c) A obrigação de dar coisa certa só abrange os acessórios se esses forem expressamente previstos no contrato.
- d) Nas obrigações de dar coisa incerta, o devedor não responderá se o bem, antes da escolha, perder-se ou deteriorar-se por caso fortuito ou força maior.
- e) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

18. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, os juros moratórios contam-se:

- a) A partir da citação inicial.
- b) Desde o ajuizamento da ação.
- c) A partir do evento danoso.
- d) A partir da data estipulada no contrato.
- e) Desde a contestação.

19. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A usucapião coletiva pode ser requerida individualmente por aquele que exerça a posse mansa, pacífica, contínua, justa e exclusiva, por mais de 10 anos, desde que o objeto não seja bem público.
- b) Os bens móveis podem ser objeto de usufruto legal.
- c) O direito real de uso pode ser transmitido desde que o título que o constituiu assim determine de forma expressa e irrevogável.
- d) A usucapião familiar somente recairá sobre imóveis rurais com mais de 50 hectares.
- e) Em um bem imóvel cuja propriedade seja resolúvel não há possibilidade de se constituir direitos reais sobre coisas alheias.

20. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A composses, tal qual o desdobramento da posse somente recairá sobre coisas indivisíveis.

- b) A servidão pode recair sobre coisas móveis desde que pertencentes a uma única pessoa.
- c) A usucapião familiar exige que a posse seja direta, mansa, pacífica e justa.
- d) O direito de servidão pode ser adquirido por meio da usucapião, desde que o possuidor tenha posse precária.
- e) O desdobramento da posse somente ocorre em favor de pessoas naturais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Um dos institutos mais valorizados pelo Código de Processo Civil é a autocomposição como meio consensual de resolução de conflitos. Sobre o instituto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O magistrado está impedido de realizar audiência de conciliação em procedimentos executivos, por incompatibilidade procedimental.
- b) Se o acordo for celebrado após o trânsito em julgado da sentença, não poderá ser homologado pelo magistrado sob pena de infringir o instituto da coisa julgada material.
- c) O juiz poderá promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- d) O juiz poderá promover, a qualquer tempo, a autocomposição, obrigatoriamente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- e) Se uma das partes não tiver interesse na realização da audiência de mediação ou conciliação, mas a outra parte sim, o magistrado não a realizará.

22. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tutela cautelar concedida em caráter antecedente se tornará estável se a parte requerida não interpuser o respectivo recurso.
- b) A tutela cautelar de evidência poderá ser concedida quando o pedido estiver fundado em súmula do STF.
- c) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento.
- d) A tutela de evidência dispensa a probabilidade do direito.
- e) A antecipação de tutela poderá ser concedida nos procedimentos especiais e nas execuções.

23. Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Caso na petição inicial o autor silencie quanto ao interesse ou não na realização da audiência de conciliação ou de mediação, presumir-se-á seu desinteresse, caso em que o juiz não a designará.
- b) Havendo cumulação de pedidos, caso para cada um deles corresponda tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação segundo o mesmo procedimento se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, desde que não sejam incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

- c) Ao analisar a petição inicial, caso o juiz perceba que não foram atendidos os requisitos respectivos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou complete. Para tanto, indicará com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento da inicial.
- d) O pedido deve ser certo, sendo que são compreendidos no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
- e) O pedido deve ser determinado. Admite-se, todavia, a formulação de pedido genérico, dentre outras situações, quando a parte autora não reunir condições de determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato (a exemplo de um acidente de trânsito que tenha causado lesões, cujas consequências e perspectivas de restabelecimento ainda não possam ser apuradas clinicamente).

24. Sobre o inventário judicial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- b) A petição inicial deverá conter, necessariamente, o nome e a qualificação do cônjuge e de todos os herdeiros necessários do de cujus, bem como a definição exata de todos os bens e direitos que compõem o espólio.
- c) Feitas as primeiras declarações, o juiz mandará citar, para os termos do inventário e da partilha, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários, a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento.
- d) É lícita a cumulação de inventários para a partilha de heranças de pessoas diversas quando houver, entre outras hipóteses, identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens.
- e) Se houver testamento, este deverá ser efetivado nos autos do inventário.

25. Sobre as ações possessórias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.
- b) Obsta à manutenção ou à reintegração de posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.
- c) É vedada a concessão de liminar possessória nas ações de força velha.
- d) As ações possessórias não podem ser ajuizadas contra uma coletividade de pessoas, pois a identificação e a individualização de cada agente esbulhador ou turbador é requisito da petição inicial.
- e) Não há fungibilidade entre as possessórias.

26. Sobre a ação de despejo, é CORRETO afirmar:

- a) A competência para o processamento e julgamento da ação de despejo é sempre firmada pelo Juízo Comum, do local em que está sediado o imóvel, não se admitindo a

eleição do foro, bem como a tramitação desta demanda nos Juizados Especiais Cíveis, independentemente do fundamento da ação.

b) A ação de despejo tem por finalidade, tão somente, a rescisão do contrato de locação e a consequente retomada da posse direta do imóvel locado, não sendo objeto desta demanda a cobrança de aluguéis em atraso.

c) Faculta-se a concessão de medida liminar na ação de despejo, independentemente de o autor ter prestado caução, mesmo que a ação se funda na ausência de pagamentos dos aluguéis.

d) A legitimidade passiva na ação de despejo recai sempre sobre o locatário, não se admitindo a possibilidade de o sublocatário intervir no feito, na condição de assistente.

e) A sentença concessiva do despejo, com a consequente retomada da posse direta do bem pelo autor, possui natureza executiva lato sensu, de modo que deve o Estado-Juiz realizá-la automaticamente, independentemente de nova provocação do autor, em sede de cumprimento de sentença.

27. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A desistência do recurso, depende da anuência parte contrária.

b) Havendo litisconsorte passivo necessário, qualquer das parte que pretenda desistir do recurso, deverá contar com a anuência do mesmo.

c) Uma vez interposto, a parte só poderá desistir do recurso se pagar as custas processuais.

d) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.

e) Em qualquer situação é possível a desistência do recurso.

28. Quanto ao agravo de instrumento e o rol para sua interposição, é CORRETO dizer:

a) Pode ser interposto contra decisão que concede a justiça gratuita.

b) Viável sua interposição contra capítulos da sentença, que versem sobre temas constantes do rol do artigo 1.015 do CPC (hipóteses de cabimento do agravo), sendo essa uma das exceções ao princípio da singularidade (unirrecorribilidade) recursal.

c) Pode ser apresentado para atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos casos em que a sentença produz efeitos imediatamente.

d) O rol de hipóteses de cabimento do agravo de instrumento pode ser mitigado no processo de execução, a par da jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça.

e) A decisão que rejeita a prescrição, não extinguindo sequer parcialmente o processo, é atacável via agravo de instrumento.

29. Sobre os meios executivos, assinale a alternativa CORRETA:

a) A prisão do devedor de alimentos constitui exceção ao princípio da responsabilidade patrimonial.

b) Ao executado que alegar ser a medida executiva mais gravosa incumbe indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos, sob pena de manutenção dos atos executivos já determinados.

c) A penhora em dinheiro não tem preferência sobre os demais bens, pois o rol legal é

exemplificativo.

d) As astreintes vencidas poderão ter seu valor modificado pelo magistrado, a fim de adequá-lo ao valor da causa, evitando, assim, o enriquecimento sem causa.

e) Na execução de título que prevê obrigação de declarar vontade, o magistrado concederá prazo ao executado para que a declare sob pena de multa diária.

30. Acerca da penhora, é INCORRETO afirmar:

a) A impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios e salários não se aplica às importâncias excedentes a 40 (quarenta) salários-mínimos mensais, exceção que se aplica apenas ao pagamento de crédito de natureza alimentar.

b) Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, deverá ser intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens.

c) É dispensada a expedição de carta precatória para efetivar a penhora de imóveis situados em local diverso daquele onde tramita a ação de execução, podendo ser efetivada por termo nos autos, desde que apresentada certidão da respectiva matrícula que ateste sua existência (com suas especificações) e titularidade.

d) Opostos embargos à execução, caso lhes seja concedido efeito suspensivo, tal circunstância processual não impedirá a efetivação dos atos de substituição ou reforço de penhora na execucional mesmo antes de terem sido definitivamente julgados.

e) Caso tenham sido indisponibilizados ativos financeiros do executado (Bacen Jud), este será intimado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, incumbindo-lhe, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.

DIREITO PENAL

31. A posição majoritária da doutrina adota a concepção tripartida de crime, que consiste na realização de um fato típico, ilícito e culpável, na qual a lei irá atribuir uma pena. Em relação ao fato típico, são elementos que o compõe:

a) Conduta, resultado e nexa causal.

b) Conduta, resultado, nexa causal e culpabilidade.

c) Conduta, resultado, nexa causal e tipicidade.

d) Conduta, tipicidade, antijuridicidade e nexa causal.

e) Conduta, resultado, nexa causal e previsão objetiva do risco.

32. Manoel caminhava tranquilamente pela rua quando é atacado por Rex, um cachorro de grande porte que escapara pela cerca podre de uma residência. Com o fim precípuo de repelir o feroz ataque do animal, Manoel alcança uma pedra solta da calçada e desfere vários golpes na cabeça de Rex, fazendo cessar a agressão. Manoel está juridicamente agasalhado por:

a) Legítima defesa putativa.

b) Exercício regular de direito.

c) Legítima defesa real.

d) Estado de necessidade defensivo.

e) Estado de necessidade agressivo.

33. Sobre as penas restritivas de direitos, é INCORRETO afirmar:

- a) São substitutivas das penas privativas de liberdade de pequena duração.
- b) São aplicadas somente no âmbito do Juizado Especial Criminal.
- c) Têm características e formas próprias de execução, gozando de autonomia.
- d) Exigem que o réu não seja reincidente em crime doloso como condição objetiva.
- e) Exigem a apreciação de elementos subjetivos como a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado; bem como que os motivos e as circunstâncias indiquem que a transformação operada seja suficiente.

34. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Apenas a lei em sentido formal pode descrever condutas criminosas. É vedado ao legislador utilizar-se de decretos, medidas provisórias ou outras formas legislativas para incriminar condutas.

II – A norma penal não pode atingir fatos passados. Não pode, portanto, retroagir, mesmo que seja para beneficiar o agente.

III – A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

35. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Lei temporária é aquela feita para vigorar em épocas especiais, como guerra, calamidade, etc. É aprovada para vigorar enquanto perdurar durante um período excepcional.

II – Em relação às leis temporárias e excepcionais, cessadas as circunstâncias que a determinaram ou decorrido o período de sua duração, aplicam-se elas aos fatos praticados durante sua vigência.

III – As leis excepcionais e temporárias são leis ultra-ativas, pois regulam atos praticados durante sua vigência, mesmo após sua revogação.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

36. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Quanto ao momento do crime, para aplicação da lei penal, o ordenamento jurídico pátrio adotou a teoria do resultado: considera-se o crime praticado no momento da produção do resultado.

II – Com relação ao lugar do crime, para aplicação da lei penal, o ordenamento

jurídico pátrio adotou a teoria da ubiquidade ou mista: o lugar do crime é tanto o da conduta quanto o do resultado.

III – É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem.

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva III está correta.

37. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – São duas as penas privativas de liberdade previstas no Código Penal Brasileiro: reclusão e detenção.

II – A pena de reclusão compreende seu cumprimento em três regimes: fechado, semi-aberto e aberto; a pena de detenção comporta apenas dois regimes: semi-aberto e aberto, não admitindo, em hipótese alguma, transferência a regime fechado.

III – No regime fechado, o trabalho será dentro do próprio estabelecimento; no regime semi-aberto, o trabalho será realizado em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, sendo admissível o trabalho externo, bem como a frequência a cursos supletivos, profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior. Qualquer tipo de trabalho será remunerado, embora não esteja sujeito ao regime da CLT.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva I está correta.

38. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – A prescrição da pretensão punitiva se dá no processo de conhecimento penal, ocorrendo pelo escoamento do prazo antes do trânsito em julgado da sentença.

II – O prazo da prescrição da pretensão executória é estabelecido pela quantidade da pena in concreto, ou seja, a quantidade de pena aplicada e já transitada em julgado.

III – O termo inicial da prescrição da pretensão executória é o dia do trânsito em julgado, para a defesa, da sentença condenatória.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

39. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – A principal diferença entre um furto e um roubo é que neste existe a utilização de violência ou grave ameaça contra a pessoa detentora da res furtiva. A violência ou a grave ameaça podem acontecer antes, durante ou depois do crime.

II – O crime de estelionato ocorre quando uma pessoa adquire a posse de um bem móvel (por empréstimo ou por confiança), mas depois se nega a devolvê-lo, apoderando-se desse bem.

III – Ocorre o crime de constrangimento ilegal quando o criminoso obriga a vítima a fazer (ou deixar de fazer) alguma coisa para obter um benefício econômico.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

40. Em relação às assertivas abaixo, sobre o crime de importunação sexual, assinale a alternativa CORRETA:

I – A conduta não precisa ter sido praticada em lugar público, ou aberto ou exposto a público, de forma que, por exemplo, pode ser praticado no interior de uma casa.

II – O sujeito passivo é determinado (uma pessoa determinada ou um grupo de pessoas determinado).

III – Trata-se de uma infração de menor potencial ofensivo.

- a) Todas assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. No que tange à temática das provas, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) Ainda que a infração deixe vestígios, é dispensável o exame de corpo de delito, quando suprido pela confissão do acusado.
- b) A confissão do acusado será indivisível e irretroatável.
- c) Não pode o juiz, de ofício, ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, ainda que fundamentado na necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- d) Havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente.
- e) Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

42. Sobre prisão e medidas cautelares alternativas, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) Homologada a prisão em flagrante, o juiz não poderá convertê-la em prisão preventiva sem prévio requerimento do Ministério Público ou representação da Autoridade Policial nesse sentido.
- b) Uma vez revogada a prisão preventiva no processo, não poderá o juiz novamente decretá-la, por ocorrer, na hipótese, preclusão *pro judicato*.
- c) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência deverá ser substituída por prisão domiciliar, ainda que tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.
- d) A autoridade policial poderá conceder fiança em qualquer infração penal.
- e) As medidas cautelares alternativas à prisão não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.

43. Sobre sentença, nulidades e recursos, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.
- b) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que, em consequência, não resulte em pena mais grave.
- c) A incompetência do juízo anula todos os atos, instrutórios e decisórios.
- d) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
- e) A decisão pela qual o juiz não recebe a denúncia ou queixa é impugnável por apelação, no prazo de 5 dias.

44. Os princípios processuais penais são essenciais para a compreensão e aplicação do direito no caso concreto, sendo a estrutura que mantém o sistema processual acusatório. A respeito do tema em tela, marque a afirmação que deve ser tida como ERRADA:

- a) Os órgãos oficiais (investigantes e processantes) devem sempre agir de ofício (sem necessidade de provocação) quando tomam ciência da ocorrência de delito, em face do respeito ao princípio da oficiosidade.
- b) O princípio da busca da verdade real autoriza que o juiz, em caso de dúvida sobre ponto relevante, possa determinar de ofício a produção de prova pericial.
- c) O princípio do favor rei estipula que, havendo interpretações antagônicas de uma norma legal, deve ser acolhida aquela que se apresenta mais favorável ao acusado.
- d) O Juiz que realizar a instrução processual deve ser aquele que sentenciará o feito, em face do princípio da identidade física do juiz, embora se reconheçam várias exceções na prática.
- e) O princípio do estado de inocência não é absoluto, posto que não impede a aplicação de medidas restritivas de liberdade ou de direitos mesmo antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, desde que em caráter cautelar.

45. De acordo com os procedimentos regulados no Código de Processo Penal, é EQUIVOCADO afirmar:

- a) Caso as partes concordem, podem ser ouvidas as testemunhas da defesa antes de ultimada a oitiva das testemunhas da acusação.
- b) O procedimento comum ordinário permite que o juiz conceda prazo às partes para apresentarem alegações finais escritas ao invés de orais em audiência.
- c) É indispensável a apresentação de resposta à acusação pela defesa antes de ser marcada e realizada audiência de instrução e julgamento.
- d) Se o juiz acolher a resposta à acusação e absolver sumariamente o réu, a acusação deverá interpor recurso de apelação.
- e) Uma vez suspenso o processo pela ausência de comparecimento do réu citado por edital que também não constituiu advogado, nenhum ato poderá ser praticado durante este período.

46. As ações penais possuem divisão específica quanto à legitimidade para sua propositura, bem como princípios próprios que devem ser observados cautelosamente. Considerando o tema em tela, identifique a única proposição VERDADEIRA:

- a) A representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, é condição de procedibilidade da ação penal.
- b) A ação penal privada subsidiária da pública pode ser extinta pela preempção.
- c) O princípio da obrigatoriedade ou legalidade é absoluto, sendo o titular da ação penal obrigado a propor ação penal sempre que estiverem presentes os elementos para a ação.
- d) Podem figurar no polo passivo da demanda penal tanto os responsáveis diretos pelo fato (autores, coautores e partícipes) como também aqueles que possuem alguma responsabilidade residual, como a dos patrões pelos atos dos seus empregados.
- e) Na representação, a definição jurídica dos fatos narrados na *notitia criminis* vincula o Ministério Público na formulação da denúncia.

47. Assinale a opção CORRETA no que se refere à execução penal:

- a) Em princípio, o título executivo penal é imutável, mas por ser título penal, sujeita-se à mutabilidade, como por exemplo transferência do preso do regime mais severo (constante do título), para um mais brando, se cumprida 1/6 da pena.
- b) O processo de execução penal não é autônomo, devendo ser apensado ao processo em que houve a condenação.
- c) Pode haver execução de pena privativa de liberdade sem a carta de guia e a prisão do condenado.
- d) O preso condenado à pena restritiva de direitos deve ser imediatamente preso após o trânsito em julgado no segundo grau de jurisdição.
- e) Na execução penal permite-se, apenas, a unificação de penas, competindo ao juízo da condenação a soma das mesmas.

48. Quanto à pena restritiva de direitos é CORRETO afirmar:

- a) A prestação de serviços à comunidade consiste na obrigação de permanecer aos sábados e domingos por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro

estabelecimento adequado.

b) A limitação de fim de semana consiste no confisco em favor do fundo penitenciário nacional de quantia que pode atingir até o valor referente ao prejuízo causado ou do proveito obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

c) A limitação de fim de semana impede que o apenado possa sair de sua residência ou manter contato externo, em qualquer horário do dia ou da noite.

d) Classificam-se em: 1 - Prestação pecuniária; 2 - Perda de bens e valores; 3 - Prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública; e 4 - Limitação de fins de semana.

e) Interdição temporária de direitos consiste na proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam habilitação especial, de licença ou autorização do poder público, suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo, proibição de frequentar determinados locais.

49. Assinale a alternativa CORRETA. Os recursos podem apresentar quatro efeitos, devolutivo, regressivo, misto e suspensivo:

a) Devolutivo - quando o reexame é devolvido ao próprio órgão que prolatou a decisão impugnada (embargos de declaração).

b) Suspensivo - quando o reexame é levado a cabo pelo próprio juízo a quo e mantida a decisão pelo órgão *ad quem* (agravo de instrumento, recurso em sentido estrito).

c) Misto - quando os efeitos do *decisum* são suspensos até que o recurso seja apreciado pelo juízo *ad quo*.

d) Devolutivo - quando o reexame é encaminhado ao Juízo *ad quem*.

e) Regressivo - quando o reexame é devolvido ao próprio órgão que prolatou a decisão impugnada (embargos de declaração).

50. Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com a Lei de Execução Penal e a jurisprudência do STJ:

a) O trabalho externo não é admissível para o preso que cumpre pena em regime fechado.

b) Os condenados por crime doloso praticado com violência de natureza grave contra a pessoa, ou por qualquer dos crimes hediondos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor.

c) O preso submetido ao regime disciplinar diferenciado (RDD) será recolhido em cela individual, com direito a 3 horas diárias de banho de sol.

d) Não é possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa extramuros.

e) O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena pressupõe o trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. De acordo com o art. 54 da lei nº 9.784/99, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se de hipótese em que o legislador, em detrimento da legalidade, prestigiou outros valores. Tais valores tem por fundamento o princípio da:

- a) Presunção de legitimidade.
- b) Autotutela.
- c) Segurança jurídica.
- d) Continuidade do serviço público.
- e) Eficiência.

52. De acordo com o entendimento do STF, no que se refere à inscrição de candidatos que possuam tatuagens gravadas na pele, não havendo lei que disponha sobre o tema, os editais de concursos:

- a) Estão impedidos de restringi-las, com exceção dos casos em que essas tatuagens violem valores constitucionais.
- b) Deve, restringi-la com base na relação objetiva e direta entre tatuagem e conduta atentatória à moral e aos bons costumes.
- c) Estão impedidos de restringi-la, para garantir o pleno e livre exercício da função pública.
- d) Devem restringi-la quando se tratar de cargo efetivo da polícia militar.
- e) Devem restringi-la apenas nos concursos para magistrados, em razão do que dispõe a LOMAN.

53. Com base no princípio da igualdade, o STF julgou constitucional a Lei das Cotas Raciais (Lei n.º 12.990/2014), que reserva para negros o percentual de vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos. De acordo com o STF, contudo, tal percentual abrange apenas a administração:

- a) Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal.
- b) Pública federal direta e indireta, no âmbito dos três Poderes.
- c) Pública federal, estadual, distrital e municipal, no âmbito do respectivo Poder Executivo.
- d) Direta do Poder Executivo federal.
- e) Direta e indireta do Poder Executivo federal.

54. Acerca dos atos administrativos, do poder regulamentar e do poder de polícia, assinale a opção CORRETA:

- a) Para o STJ, as balanças de pesagem corporal oferecidas gratuitamente a clientes por farmácias são passíveis de fiscalização pelo INMETRO, a fim de preservar as relações de consumo, sendo, portanto, legítima a cobrança de taxa decorrente do poder de polícia no exercício da atividade de fiscalização.

- b) Situação hipotética: Um servidor público efetivo indicado para cargo em comissão foi exonerado *ad nutum* sob a justificativa de haver cometido assédio moral no exercício da função. Posteriormente, a administração reconheceu a inexistência da prática do assédio, mas persistiu a exoneração do servidor, por se tratar de ato administrativo discricionário. Assertiva: Nessa situação, o ato de exoneração é válido por não se aplicar a teoria dos motivos determinantes.
- c) Conforme o STF, o Poder Judiciário não detém competência para substituir banca examinadora de concurso público para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, admitindo-se, no entanto, o controle do conteúdo das provas ante os limites expressos no edital.
- d) A homologação é um ato administrativo unilateral vinculado ao exame de legalidade e conveniência pela autoridade homologante, sendo o ato a ser homologado passível de alteração, em virtude do princípio da hierarquia presente no exercício da atividade administrativa.
- e) Situação hipotética: Lei ordinária instituiu a criação de autarquia federal vinculada ao Ministério X, com o objetivo de atuar na fiscalização e no fomento de determinado setor. Publicada a referida lei, o ministro expediu decreto estabelecendo a estrutura organizacional e o funcionamento administrativo da nova autarquia. Assertiva: Esse caso ilustra a constitucionalidade do decreto regulamentar por delegação do presidente da República.

55. A aplicação de advertência a servidor público, em decorrência do cometimento de infração funcional, demonstra o exercício do poder:

- a) Regulamentar.
- b) Disciplinar.
- c) Hierárquico.
- d) Vinculado.
- e) De polícia.

56. Em caso de acidente de trânsito que envolva automóvel particular e veículo pertencente à administração pública, a comprovação de culpa exclusiva do particular pelos danos causados caracteriza:

- a) Causa excludente da responsabilidade civil do Estado.
- b) Motivo para responsabilização do Estado pelos prejuízos, em decorrência das teorias civilistas.
- c) Causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.
- d) Motivo para que nenhuma das partes envolvidas seja responsabilizada, por se tratar de caso fortuito.
- e) Motivo para a responsabilização do Estado pelos prejuízos, em decorrência da responsabilidade objetiva.

57. Acerca da disciplina dos atos administrativos, assinale a opção CORRETA:

- a) Em nome do princípio da inafastabilidade da jurisdição, deve o Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo, ainda que sob os aspectos da conveniência e da oportunidade.

- b) Os atos administrativos são dotados dos atributos da veracidade e da legitimidade, havendo presunção absoluta de que foram editados de acordo com a lei e com a verdade dos fatos.
- c) O parecer administrativo é típico ato de conteúdo decisório, razão pela qual, segundo entendimento do STF, há possibilidade de responsabilização do parecerista por eventual prejuízo causado ao erário.
- d) São passíveis de convalidação os atos administrativos que ostentem vícios relativos ao motivo, ao objeto e à finalidade, desde que não haja impugnação do interessado.
- e) Segundo a teoria dos motivos determinantes, mesmo que um ato administrativo seja discricionário, não exigindo, portanto, expressa motivação, se tal motivação for declinada pelo agente público, passa a vinculá-la aos termos em que foi mencionada.

58 Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção CORRETA:

- a) Segundo o STF, o procedimento de qualificação pelo poder público de entidades privadas como OS prescinde de licitação.
- b) Segundo o STF, as atividades de ensino e cultura devem ser viabilizadas por intervenção direta do Estado, não podendo ser prestadas por OS.
- c) Cumpridos os requisitos legais, caso uma OS requeira a qualificação como OSCIP, o poder público poderá outorgar-lhe o título.
- d) A OSCIP deverá ajuizar ações na Vara da Fazenda Pública, já que se trata de ente da Administração Indireta.
- e) Com a OSs são firmados termos de parceria e com a OCIPs são firmados contratos de gestão.

59. Quanto ao sistema de registro de preços (SRP), julgue os próximos itens.

I. O SRP poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver a necessidade de contratações frequentes.

II. O SRP terá de ser precedido de seleção pela modalidade de licitação denominada tomada de preços.

III. Em regra, no SRP, o registro valerá por até um ano, mas excepcionalmente, desde que previamente pactuado, ele poderá valer por período superior a um ano.

Assinale a opções CORRETA:

- a) Apenas a alternativa I está certa.
- b) Apenas a alternativa II está certa.
- c) Apenas a alternativa III está certa.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens I e III estão certos.

60. Considerando os termos da responsabilidade administrativa, civil e criminal dos agentes públicos e a disciplina da improbidade administrativa, assinale a opção CORRETA:

- a) O sistema punitivo na esfera administrativa se assemelha ao da esfera criminal, na medida em que as condutas são tipificadas com precisão, sendo cominadas sanções específicas para cada conduta infracional prevista.

- b) Se estiver em tramitação ação de improbidade contra servidor público pela prática de ato de improbidade administrativa, haverá que se aguardar o trânsito em julgado de referida ação para que seja editado ato de demissão oriundo de procedimento administrativo disciplinar.
- c) Segundo entendimento jurisprudencial já pacificado no âmbito do STJ, eventual prescrição das sanções decorrentes dos atos de improbidade administrativa não impede o prosseguimento de ação judicial visando ao ressarcimento dos danos causados ao erário, tendo em vista a imprescritibilidade de referida ação.
- d) É inadmissível, na aplicação da Lei n.º 8.429/1992, a responsabilização objetiva do agente público por ato de improbidade administrativa, exceto em relação aos atos de improbidade que causem lesão ao erário.
- e) À luz da jurisprudência do STJ, em nome do princípio constitucional da vedação do anonimato, será nulo o processo administrativo disciplinar instaurado com fundamento em denúncia anônima.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma das características da definição de tributo prevista no Código Tributário Nacional - CTN:

- a) Tributo somente pode ser instituído por lei.
- b) Tributo não constitui sanção de ato ilícito.
- c) Tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, em moeda, bens ou serviços.
- e) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.

62. No que se refere à decadência tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O prazo de decadência tributária é de cinco anos.
- b) A contagem do prazo inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- c) A contagem do prazo inicia-se na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- d) A contagem do prazo inicia-se na data em que tenha sido notificado o sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
- e) A decadência se interrompe por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

63. Ainda que constituído, o crédito tributário pode ter sua exigibilidade suspensa, em razão de:

- a) Consignação em pagamento, decisão judicial definitiva, anistia e remissão.
- b) Moratória, liminar em mandado de segurança, consignação em pagamento e parcelamento.
- c) Liminar em ação cautelar, depósito do montante integral do crédito e compensação.
- d) Moratória, depósito do montante integral do crédito e parcelamento.
- e) Moratória, depósito do montante integral do crédito e compensação.

64. Lei Federal prevendo a incidência de imposto sobre a renda de partidos políticos:

- a) É inconstitucional porque a instituição de imposto sobre a renda insere-se na competência do Estado.
- b) É válida, pois o Imposto sobre a Renda é de competência da União.
- c) Viola o dispositivo constitucional que prevê isenção tributária dos partidos políticos.
- d) Não possui qualquer vício de inconstitucional.
- e) É inconstitucional por violar norma de imunidade tributária.

65. No que respeita ao lançamento tributário, é CORRETO afirmar que:

- a) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.
- b) O lançamento compete privativamente à autoridade administrativa.
- c) Lançamento de ofício é a modalidade em que o contribuinte declara, apura e recolhe o tributo devido, para ulterior homologação pelo fisco.
- d) Havendo decisão administrativa definitiva que anule determinado lançamento fiscal por vício formal, fica impedido o fisco de efetuar novo lançamento para constituição do crédito tributário.
- e) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

66. A responsabilidade tributária, de acordo com o Código Tributário Nacional, é excluída pela denúncia espontânea da infração:

- a) Desde que apanhada do pagamento do tributo devido, bem como dos respectivos juros de mora.
- b) Desde que acompanhado do parcelamento do crédito tributário, independente do pagamento da primeira parcela.
- c) Desde que acompanhado do parcelamento do crédito tributário, e da comprovação do pagamento da primeira parcela.
- d) Ainda que realizada após o lançamento do crédito pela autoridade competente.
- e) Desde que efetuada dentro do prazo para reclamação tributária acerca do lançamento efetuado.

67. De acordo com o CTN, quanto às garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a opção CORRETA:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária correspondente, na proporção da garantia atribuída pela lei.
- b) Todos os bens e rendas do devedor respondem pelas dívidas tributárias, com exceção dos imóveis residenciais gravados por hipoteca.
- c) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- d) No concurso de preferências entre os entes tributantes todos os entes recebem igualmente sem ordem de preferência.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo,

por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, mesmo na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

68. Sobre a classificação das competências tributárias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A competência concorrente é aquela que se refere aos tributos vinculados, oriundos de atividades do Estado: taxas e contribuições de melhoria.
- b) A competência extraordinária é aquela que a União possui para instituir, por lei complementar, impostos na iminência ou em caso de guerra.
- c) A competência privativa é o poder exclusivo que tem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de instituir as próprias taxas.
- d) Além das taxas, a União é o único ente federado que também possui competência privativa para instituir o Empréstimo Compulsório e as Contribuições Especiais.
- e) Apenas a União possui competência residual para instituir novos impostos diversos daqueles já previstos no rol constitucional e novas contribuições para custeio da seguridade social.

69. Sobre a conceituação do tributo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição Federal conceitua o tributo como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.
- b) A atividade ilícita que configurar fato gerador será convertida em sanção tributária, pois o elemento da ilicitude descaracteriza a incidência do tributo (princípio do *non olet*).
- c) Ainda que o tributo seja uma prestação pecuniária o crédito tributário pode ser extinto por dação em pagamento de bens móveis, desde que na forma e condições estabelecidas em lei.
- d) Tributo também pode ser conceituado como a receita originária instituída pelas entidades de Direito Público, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- e) Por ser uma prestação pecuniária exigida compulsoriamente com vista à obtenção de recursos para o financiamento do Estado, o tributo não comporta hipóteses de devolução do dinheiro.

70. Sobre as imunidades tributárias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As imunidades atingem apenas a obrigação tributária principal, não desobrigando o cumprimento das obrigações acessórias.
- b) É possível que a imunidade seja mencionada constitucionalmente, mas regulamentada pelo legislador infraconstitucional.
- c) A imunidade delimita a regra de incidência tributária, impedindo que ocorra o nascimento do respectivo fato gerador.
- d) As imunidades são apenas aquelas previstas constitucionalmente no capítulo do “Sistema Tributário Nacional”.

e) Para que a imunidade seja válida é preciso a presença de elementos subjetivos e objetivos, isto é, ligados à pessoa que seria o contribuinte e da situação/coisa a ele relacionada.

DIREITO EMPRESARIAL

71. A Lei n. 11.101/05, disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do devedor. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) Na falência, o credor que não tiver domicílio no Brasil, ao requerer a falência do devedor, poderá prestar caução relativa às custas e ao pagamento da indenização prevista na referida Lei.
- b) Não será decretada a falência de sociedade anônima após liquidado e partilhado seu ativo nem do espólio após 1 (um) ano da morte do devedor.
- c) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde a propriedade de seus bens, não podendo, portanto, deles dispor.
- d) O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial poderá requerer ao juízo sua falência.
- e) Da decisão que decreta a falência cabe apelação, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.

72. De acordo com a Lei n. 11.101/05, na falência, logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência, será iniciada a fase da realização do ativo. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) A realização do ativo terá início somente após a formação do quadro-geral de credores.
- b) Em qualquer modalidade de realização do ativo adotada, fica a massa falida obrigada a apresentação de certidões negativas.
- c) A realização da alienação em quaisquer das modalidades de realização do ativo será precedida por publicação de anúncio em jornal de ampla circulação, com antecedência de 30 (trinta) dias, em se tratando de alienação de móveis ou imóveis.
- d) Quando a alienação do ativo for para sociedade constituída e formada por empregados do próprio devedor, estes não poderão utilizar créditos derivados da legislação do trabalho para a aquisição ou arrendamento da empresa falida.
- e) O juiz, ouvido o administrador judicial e atendendo à orientação do Comitê, se houver, ordenará que se proceda à alienação do ativo em uma das seguintes modalidades: (I) leilão, por lances orais; (II) propostas fechadas; (III) pregão. Em qualquer dessas modalidades de alienação do ativo, o Ministério Público será intimado pessoalmente, sob pena de nulidade.

73. Com o objetivo de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor e permitir a manutenção da fonte produtora, o emprego dos trabalhadores e a própria preservação da empresa, a Lei n. 11.101/05 passou a regular a recuperação judicial e extrajudicial da empresa. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a INCORRETA:

- a) A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.
- b) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- c) O plano de recuperação judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preverá o parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.
- d) O devedor poderá requerer a homologação em juízo do plano de recuperação extrajudicial, juntando sua justificativa e o documento que contenha seus termos e condições, com as assinaturas dos credores que a ele aderirem.
- e) O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia geral de credores.

74. Com o advento da Lei n. 10.406, de 10.01.2002, o Código Civil, passou a tratar do Direito de Empresa e, dentro deste contexto, das sociedades. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito. Neste tipo societário, obriga-se perante terceiro tão somente o sócio participante, e, exclusivamente perante este, o sócio ostensivo, nos termos estipulados no contrato social da sociedade.
- b) Na sociedade em comum, modalidade de sociedade personificada, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e os bens e dívidas sociais constituem patrimônio da sociedade.
- c) A administração da sociedade em nome coletivo compete exclusivamente a sócios, sendo o uso da firma ou da denominação, nos limites determinados no contrato, privativo das pessoas que tenham os necessários poderes.
- d) Ter-se-á a sociedade em comandita simples se o capital social for representado por duas categorias de sócios: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, e os comanditários, obrigados pelos valores de sua quota, ou seja, detém responsabilidade limitada.
- e) A sociedade limitada tem o seu capital social dividido em quotas, fruto da contribuição dos sócios, que pode ocorrer com bens, dinheiro e contribuição que consista em prestação de serviços.

75. O Código Civil (Lei n. 10.406/02), a partir do seu art. 1.052, apresenta as normais aplicáveis à sociedade limitada. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a INCORRETA:

- a) A integralização das quotas do capital social pode ser efetuada à vista, no ato da constituição da sociedade, ou em parcelas, nos prazos de vencimento fixados no contrato social. A não integralização da quota por um sócio, os demais podem tomá-la para si ou transferi-la a terceiro, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as despesas.
- b) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato

social ou em ato separado e a administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos sócios que posteriormente adquiram essa qualidade.

c) Na sociedade limitada as deliberações dos sócios serão tomadas em reunião ou assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. Sempre que o número de sócios da sociedade limitada for 10 (dez) a deliberação deve ser obrigatoriamente tomada em assembleia.

d) Se o contrato da sociedade for omissivo, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos demais sócios, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

e) Na sociedade limitada, cada sócio responde pelo valor de sua quota, mas todos terão responsabilidade solidária pela integralização do capital social.

76. O Código Civil (Lei n. 10.406/02) e a Lei n. 6.404/76 (Lei das S.A.), tratam da reorganização societária. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A transformação é a operação pela qual a sociedade de determinada espécie passa a pertencer a outra espécie. Para tanto, deve ocorrer a dissolução e liquidação da sociedade transformada e a alteração em seu ato constitutivo.

b) Na incorporação uma sociedade vem a absorver uma ou mais sociedades com a devida aprovação das mesmas, sucedendo-as em todos os direitos e obrigações e agregando seus patrimônios aos direitos e deveres, surgindo, com isso, uma nova sociedade e as sociedades incorporadas se extinguem.

c) A fusão da sociedade é a operação pela qual se cria, juridicamente, uma nova sociedade para substituir aquelas que vieram a fundir-se e a desaparecer, sucedendo-as nos direitos e deveres, com a mesma ou com diferente finalidade e organização.

d) Na cisão de uma sociedade ocorre a transferência de todo ou somente de parcela do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para este fim ou já existentes. Pode a cisão ser total ou parcial. Em ambos os casos a sociedade cindida é extinta.

e) Para que se opere a transformação, incorporação ou fusão de uma sociedade deverá haver a previsão no seu ato constitutivo ou, se nele não houver cláusula nesse sentido, torna-se necessária a anuência dos sócios. O credor que se sentir prejudicado não poderá promover judicialmente a anulação destes atos.

77. A Lei n. 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, disciplina a Sociedade Anônima. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A sociedade anônima será designada no estatuto social por denominação acompanhada das expressões “companhia” ou “sociedade anônima”, expressas por extenso ou abreviadamente no início ou no final do nome.

b) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado em contribuição em dinheiro, qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação e prestação de serviços.

c) As sociedades anônimas podem ser de capital aberto ou capital fechado. Ambas as sociedades podem negociar os valores mobiliários de sua emissão no mercado de valores mobiliários.

d) Quanto à forma de circulação as sociedades anônimas podem emitir ações nominativas, endossáveis, ao portador e escriturais.

e) O número de ações preferenciais sem direito de voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

78. A Lei n. 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, disciplina a Sociedade Anônima. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) A constituição da sociedade anônima de economia mista depende de prévia autorização legislativa e está sujeita à falência.
- b) Somente a sociedade anônima, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento e adquire a personalidade jurídica com o registro dos atos no órgão competente.
- c) São sociedades coligadas quando uma sociedade participa com mais de 10% (dez por cento) do capital social da outra sociedade, sem controlá-la.
- d) A sociedade subsidiária integral, modalidade de sociedade anônima, pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade anônima brasileira.
- e) A sociedade controladora e suas controladas não podem constituir grupos de sociedades para combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns.

79. Leia as afirmativas abaixo e com base na Lei n. 7.357/85, que dispõe sobre o cheque, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O cheque é uma ordem de pagamento emitida contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de valer como cheque e que, para sua complementação, depende de aceite.
- b) No cheque, o mandato contido no endosso se extingue por morte do endossante ou por superveniência de sua incapacidade.
- c) O cheque é pagável à vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário. O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.
- d) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
- e) O aval deve indicar o avalizado. Na falta de indicação do avalizado, o aval não tem validade.

80. Os títulos de crédito são documentos representativos de obrigações pecuniárias. Leia as afirmativas abaixo e, com base na legislação cambiária, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A nota promissória é uma promessa de pagamento que uma pessoa faz em favor de outra pessoa e, se nela não constar a indicação do lugar onde foi passada, considera-se como tendo sido no lugar do pagamento ao credor.
- b) Na letra de câmbio, o endosso deve ser puro e simples. Qualquer condição a que ele seja subordinado considera-se como não escrita. Neste tipo de título de crédito, é permitido o endosso parcial.
- c) A duplicata mercantil deve ser emitida pelo vendedor com base na fatura referente a

saída de mercadoria ou prestação de serviços, o que o caracteriza um título causal e é protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento.

d) O emitente ou o portador do cheque podem cruzá-lo mediante a aposição de dois traços paralelos no anverso do título. O cruzamento pode ser geral ou especial. O cruzamento geral não pode ser convertido em especial.

e) No pagamento da duplicata poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor, resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, desde que devidamente autorizados, porém é um título mercantil que não admite reforma ou prorrogação de prazo de vencimento.

LINGUA PORTUGUESA

81. Marque a alternativa em que há ERRO no emprego da vírgula:

- a) Apresentadas contrarrazões, os autos ascenderam ao Tribunal.
- b) O réu que efetivou o pagamento, não recorreu da decisão.
- c) A vítima, que contava à época vinte anos de idade, faleceu no trajeto para o hospital.
- d) O Tribunal de Justiça, por votação unânime, reformou a decisão.
- e) A sentença foi extra petita, e o acusado recorreu.

82. Em “art. 85, § 1º, do Código de Processo Civil”, as vírgulas:

- a) Indicam apostro.
- b) Separam sujeito do predicado.
- c) Estão mal-empregadas.
- d) Separam verbo do seu complemento.
- e) Indicam vocativo.

83. Marque a alternativa CORRETA no que tange ao uso dos “porquês”:

- a) A Desembargadora quis saber o por quê da desistência.
- b) Não recorreu por que estava satisfeito com a decisão.
- c) Por que você saiu da audiência?
- d) Por quê você saiu da audiência?
- e) Você saiu da audiência porque?

84. Em qual das alternativas abaixo a forma “porque” deve ser usada?

- a) _____ os réus não interpuseram agravo de instrumento?
- b) Quero saber o _____ de os réus não terem apresentado agravo de instrumento.
- c) Os réus não interpuseram agravo de instrumento _____?
- d) Os réus não interpuseram agravo de instrumento _____ perderam o prazo.
- e) _____ não houve conciliação naquele caso?

85. Em relação aos itens abaixo.

I. “É de extrema importância a existência de uma equipena vara da infância e da juventude; um dos motivos é

existirem nos processos aspectos referentes a determinadas situações que exigem conhecimentos específicos de outras áreas profissionais.”

II. “A Secretaria possui rede públicacom serviços para a população LGBT em situação de violência, ameaças e violações de direitos por ocorrência da orientação sexual e identidade de gênero.”

III. “Especificamente no caso da....., que garante a circulação de informações entre elementos do sistema, pode ela ser considerada negativa ou positiva, o que se explicará mais à frente.”

IV. “Paira no ar o entendimento de que o negociado se sobrepõe ao legislativo. No entanto, os sindicatos têm a prerrogativa de fazer prevalecer a defesa do coletivo: é o”

Textos adap. para fins didáticos

Assinale a alternativa que completa os espaços, levando em consideração a ortografia vigente:

- a) interprofissional, socioassistencial, retroalimentação, contraponto.
- b) inter-profissional, socioassistencial, retro-alimentação, contraponto.
- c) interrprofissional, sócio-assistencial, retroalimentação, contra-ponto.
- d) inter profissional, sócio assistencial, retroalimentação, contraponto.
- e) interprofissional, sócioassistêncial, retroalimentação, contra-ponto.

86. Assinale a alternativa CORRETA, levando em consideração a ortografia vigente:

- a) Corréu, semirracional.
- b) Não-pagamento, semiimprovisado.
- c) Supra-citado, infra-citado.
- d) Antisemita, co-autoria.
- e) Contraregra, extraalcance.

87. Em relação aos itens abaixo:

I. “Certo seria afirmar que o Direito e a Lei não.....apenas o caso do prejuízo material que possa ferir a outrem na posse da propriedade de seus bens.”

II. “Para melhor entender a leitura, é necessário fazer uma viagem ao contextoreferente à época em que as teorias keynesianas surgiram.”

III. “Surge então a problemática da obrigatoriedade ou não da presença da pessoa jurídica de direito público no passivo da ação de segurança.”

IV. “Percebe-se que as pessoas já conseguem entender como está a *performance* do seu jurídico. E não por ai.”

Textos adap. para fins didáticos

Com relação à acentuação gráfica, assinale a alternativa que completa os espaços, levando em consideração a ortografia vigente.

- a) prevêem, sócioeconômico, polo, pára.
- b) preveêm, sócio-econômico, pólo, para.
- c) preveem, sócioeconomico, pólo, pára.
- d) preveem, socioeconomico, polo, pará.

e) preveem, socioeconômico, polo, para.

88. Assinale a alternativa CORRETA, levando em consideração a ortografia vigente:

- a) Herói, heroico.
- b) Europeia, extinguir.
- c) Averigúe, descrêem.
- d) Idéia, eles mantêm.
- e) Ele pode ontem, ele têm paciência.

89. Sobre o uso dos “mal” e “mau”, está CORRETA a frase:

- a) Esta menina é mal caráter.
- b) Aquele estudante falou mau da professora.
- c) Ele fez mal aos participantes naquela reunião semestral.
- d) É um mal menino.
- e) A estudante foi mau na prova de Direito Penal.

90. Assinale a alternativa em que o uso do pronome demonstrativo está CORRETO:

- a) Este caderno ao seu lado é do seu amigo?
- b) Este é o meu caderno preferido para as minhas aulas de inglês.
- c) Esse assunto foi tratado em reunião: aula magna de 2020.
- d) Este homem lá no outro lado da rua é o professor de Direito Civil.
- e) Espero isso: que você faça com calma a prova do simulado.

JUIZADOS ESPECIAIS

91. Quanto à representação das partes junto ao Juizado Especial Cível é INCORRETO afirmar:

- a) A parte poderá litigar, em juízo, sem assistência, no sistema dos Juizados Especiais nas causas de até 20 SM's.
- b) A procuração poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.
- c) A parte poderá litigar, em juízo, somente com assistência, nas causas superiores a 40 SM's.
- d) A parte poderá litigar, em juízo, somente com assistência, nas causas superiores a 20 SM's.
- e) Nenhuma das anteriores.

92. Acerca dos recursos a Lei n. 9.099 prevê:

- a) Agravo de instrumento das decisões interlocutórias.
- b) Recurso inominado e apelação das sentenças.
- c) Embargos de declaração, que suspendem o prazo para interposição de recurso.
- d) Recurso inominado, agravo de instrumento e embargos de declaração.
- e) Agravo regimental e agravo interno.

93. São princípios dos Juizados Especiais Cíveis, segundo o disposto na Lei n. 9.099/95:

- a) Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, boa-fé e confidencialidade.
- b) Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, boa-fé, celeridade e confidencialidade.
- c) Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.
- d) Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e boa-fé.
- e) Simplicidade, boa-fé, confidencialidade, economia processual e celeridade.

94. Sobre a citação, revelia, resposta do réu e audiência de instrução e julgamento nos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa CORRETA:

- a) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, inclusive, se for o caso, arguição de suspeição ou impedimento do Juiz.
- b) As partes se manifestarão sobre os documentos apresentados na audiência de instrução e julgamento em um prazo de 05 (cinco) dias.
- c) Eventuais incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência e demais questões processuais serão decididas na sentença, após conclusão dos autos ao juiz.
- d) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.
- e) Caberá citação por edital no rito da Lei n. 9.099/95.

95. Acerca da sentença nos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa CORRETA:

- a) É admitida sentença condenatória ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- b) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei dos Juizados Especiais.
- c) A sentença será composta por relatório, fundamentação e dispositivo.
- d) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.
- e) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral caberá recurso para o próprio Juizado.

96. Quais são os princípios que regem as audiências de conciliação e mediação?

- a) Diálogo e amizade.
- b) Confidencialidade e imparcialidade.
- c) Oralidade e informalidade.
- d) Empatia e diálogo.
- e) Informalidade e ética.

97. Sobre a atuação do conciliador é CORRETO afirmar:

- a) É vedado ao conciliador ter audiência individual com cada uma das partes, em consonância com o princípio da confidencialidade.
- b) É possível o conciliador atuar na audiência de conciliação em que uma das partes possua amizade íntima com o conciliador, não se aplicando as regras de impedimento e suspensão.
- c) É facultado ao conciliador marcar segunda sessão se ele assim entender necessário, ainda que as partes optem pela não continuidade da sessão.
- d) O mediador deve atuar, obrigatoriamente, com a presença de um co-mediador na sessão.
- e) O conciliador não poderá expressar no termo de audiência quaisquer informações acerca do que for conversado na sessão, salvo se todas as partes optarem pela consignação.

98. O código de processo civil vigente prevê que a audiência de conciliação constante no artigo 334 seja realizada em que fase processual?

- a) Deve ser realizada na fase pré-processual, como requisito de admissão do processo.
- b) Na fase inicial, ou seja, após recebida a petição inicial pelo juízo competente.
- c) Na fase de saneamento para confirmação da impossibilidade de composição amigável da lide e fixação dos pontos controvertidos da demanda.
- d) Como inauguração da fase instrutória e antes da prolação da sentença.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

99. Qual deve ser o objetivo principal da audiência de conciliação?

- a) Buscar o diálogo entre as partes para possibilitar, a qualquer tempo do processo, a composição amigável da lide.
- b) Fazer acordo demonstrando às partes qual delas é a culpada.
- c) Diminuir o acervo de processos judiciais, facilitando assim o andamento dos casos mais importantes.
- d) Agilizar o andamento dos processos judiciais demonstrando o quanto o judiciário é lento.
- e) Impulsionar os processos judiciais que estão parados nas filas.

100. Referente às formas de citação no sistema do Juizado Especial:

- a) A parte será citada por correspondência, por AR, em mão própria.
- b) A citação sempre será realizada por Oficial de Justiça.
- c) É viável a citação por edital da parte que se encontrar em lugar incerto e não sabido.
- d) A pessoa jurídica ou firma individual será citada, sempre, na pessoa de seu representante legal.
- e) A parte poderá requerer citação, por outro meio ainda que não previsto legalmente.